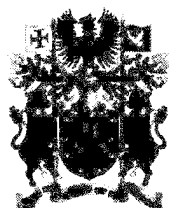


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROJETO DE RESOLUÇÃO - MANUTENÇÃO DA MAIORIA DO
CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA DE ELETRICIDADE DOS
AÇORES - EDA NA ESFERA PÚBLICA

ANGRA DO HEROÍSMO
OUTUBRO DE 2013

| | |
|---|---------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada | 3096 Proc. n.º 109 |
| Data: | 013/10/09 N.º 40 IX |



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 2 de Outubro de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo e por videoconferência com a Delegação na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução – Manutenção da Maioria do Capital Social da Empresa de Eletricidade dos Açores – EDA na Esfera Pública.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projeto de Resolução foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.



2º. CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente Projeto de Resolução visa, genericamente, recomendar “a manutenção do capital social da empresa de eletricidade dos Açores – EDA na esfera pública.”

A iniciativa, a título de fundamentação para a recomendação supra mencionada, começa por referir que “[...] sendo comumente aceite que a eletricidade constitui um bem público, a sua distribuição regular, a garantia de um tarifário uniforme em todas as Ilhas e uma rede de distribuição que atenda à realidade social, económica e geográfica da Região, têm constituído um importante instrumento de coesão territorial.”

Posteriormente, alega-se “o facto de a produção e distribuição de energia elétrica ser feita em regime de monopólio.”

Por outro lado, sustenta-se que “No passado, outros processos de privatização levaram a que a Região tivesse ficado amputada de alguns instrumentos que lhe permitiam dar sinais indicativos quanto aos sectores em que se devia mover a economia, pelo que importa assegurar que empresas estratégicas que produzem bens públicos possam permanecer na esfera do sector empresarial regional.”

Neste sentido, defende-se que “As relevantes funções de interesse público desempenhadas pela Empresa de Eletricidade dos Açores têm merecido, por isso, um amplo consenso político, refletido na Assembleia Legislativa da Região Autónoma pela unanimidade dos partidos nela representados.”

Daí referir-se que “Durante a campanha que antecedeu o último ato eleitoral todos os partidos políticos foram unânimes na defesa da manutenção da maioria do capital social de empresas estratégicas na esfera pública, integrando nesses conceito os casos da Empresa de Eletricidade dos Açores e da SATA.”

No entanto, refere a iniciativa que “o amplo consenso regional sobre esta matéria parece ter terminado visto saber-se agora que o governo regional mandou elaborar um conjunto de estudos sobre a estratégia para a empresa ao mesmo tempo que a sua posição sobre uma eventual privatização aparenta não ser aquela que foi expressa durante o debate do Programa do Governo.”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Por fim, alega-se que “tendo em conta a atual situação económica, social e financeira da Região e as dificuldades que as famílias e as empresas regionais enfrentam, são ainda mais relevantes as funções de interesse público desempenhadas pela EDA.”

Assim, em concreto, pretende a iniciativa que “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao governo regional o seguinte:

A Região Autónoma dos Açores deve manter a maioria do capital social da Empresa de Eletricidade dos Açores tal como resulta dos compromissos eleitorais assumidos pelos partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.”

A Comissão Permanente de Economia deliberou, sobre esta matéria, ouvir o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

No dia 2 de outubro a Comissão Permanente de Economia procedeu à audição do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

O Deputado Jorge Macedo, explicando o diploma, começou por afirmar que o Governo Regional dos Açores tinha afirmado, e transcrito no Relatório da Inspeção Geral de Finanças, que era sua intenção privatizar empresas não estratégicas, no grupo das quais se incluía a EDA.

“Quando questionado sobre esse assunto, o Governo responde que por agora não havia intenção de privatizar a EDA. Sabemos que a Administração daquela empresa foi mandatada para iniciar o processo de privatização. Entende o PSD que a EDA é uma empresa estratégica e que não deverá ser privatizada para além do que já está. Tudo o que for a mais que isso já seria penalizador para os açorianos. Temos como exemplo a convergência do tarifário. É do conhecimento público que as associações de consumidores têm pressionado a entidade reguladora acerca do valor adicionado à fatura dos consumidores nacionais, para que a EDA possa receber os cerca de 100 milhões de euros no âmbito da compensação da convergência do tarifário”, referiu o Deputado.

Prosseguiu afirmando que sem essa convergência a fatura de eletricidade dos açorianos passaria para o dobro e, como tal, seria insustentável. Caso a empresa fosse privatizada, as pressões dessas entidades poderiam ganhar força e outros argumentos, pois seriam os consumidores nacionais a financiar uma empresa totalmente privada. Segundo o Deputado poderia também acontecer outro fator de risco, tal como aconteceu com o Banif e com a Açoreana de Seguros, onde os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

principais centros decisores, saíram para fora dos Açores. Disse ainda o Deputado que seria muito mau que para fora dos Açores fossem deslocalizados os serviços financeiros, de gestão do investimento, de engenharia, de planeamento, de contabilidade, de recursos humanos, auditoria, gestão da qualidade e ambiente, aprovisionamentos ... etc, restando apenas nos Açores os recursos necessários para a instalação, condução e manutenção dos equipamentos de produção e distribuição de eletricidade, bem como a parte comercial de atendimento a clientes.

O Vice-Presidente começou por afirmar que isto era um não assunto e que o Governo Regional dos Açores mantém a mesma posição que tem tido, sobre esta matéria, até à data. “Se o Governo Regional dos Açores tiver uma posição diferente, a primeira entidade a saber será a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.

Por outro lado o Governante esclareceu que não tinha sido dada qualquer indicação à Administração da EDA para iniciar qualquer processo de privatização. Disse ainda que hoje e face às circunstâncias atuais, não havia qualquer intenção de privatizar a empresa.

Esclareceu também que em matéria do tarifário não tinha nada a ver com o capital social da empresa e que o Governo não tinha qualquer interferência no preço da energia, sendo essa uma responsabilidade da ERSE.

O Deputado Anibal Pires, depois de congratular o PSD pela iniciativa, solicitou esclarecimentos nomeadamente se a avaliação da EDA que vinha no relatório da Inspeção Geral de Finanças era ou não uma rotina de gestão e se havia a intenção de, a curto e a médio prazo, de privatizar o capital social de que a Região era detentora.

À primeira pergunta o Vice-Presidente respondeu que sim, que a Região Autónoma dos Açores fazia a avaliação do seu Setor Público Empresarial periodicamente e que nunca tinha sido comunicado à Inspeção Geral de Finanças qualquer intenção de privatização. Relativamente à segunda questão o Governante respondeu que não e se houver alteração de circunstâncias, “comunicaremos em primeira mão à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Enquanto tal não acontecer, a posição é não, não pretendemos alterar a nossa posição”.

O Deputado Paulo Estevão quis saber se existiu, ao longo da atual legislatura, algum contacto de grupos económicos interessados em adquirir o capital social da EDA.

A essa questão o Vice-Presidente respondeu que não.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Depois de nova insistência do Deputado Jorge Macedo relativamente a instruções que supostamente teriam sido dadas à Administração da EDA para iniciar o processo de privatização e que esta alegada situação se manteria, o Vice-Presidente reafirmou que não tinham sido dadas quaisquer instruções nesse sentido e que as avaliações desencadeadas se prendiam com atos de boa gestão e de informação.

O Deputado Paulo Estevão quis saber quais seriam as circunstâncias que podiam fazer com que o Governo alterasse a sua posição.

O Vice-Presidente respondeu que neste momento não havia nenhuma circunstância que o justifique.

Reformulando a pergunta o Deputado Paulo Estevão quis saber que conjunto de circunstâncias faria o Governo alterar a sua posição em relação a esta matéria, nomeadamente um conjunto de circunstâncias económicas que venham alterar a capacidade financeira da Região Autónoma dos Açores.

A essa questão o Vice-Presidente informou a Comissão que não havia qualquer circunstância económica atual que obrigasse a isso. “O país pode falir daqui a um ano, não se pode fazer especulação. Em relação à oferta de propostas, não vou falar de algo que não existe”, concluiu.

A Deputada Graça Silveira, partindo do pressuposto que isto era um não assunto, quis saber se a Conserveira de Santa Catarina também tinha sido avaliada e qual era o seu valor. “Interessa-nos esclarecer se esta avaliação é rotineira em todo o Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores ou se é uma preocupação específica em relação à EDA”, inquiriu a Deputada.

O Membro do Governo começou por responder que a aquisição da Santa Catarina tinha sido um excelente investimento que a Região pois manteve postos de trabalho. “Quando o Governo a adquiriu, tinha oito meses de salários em atraso, estava em incumprimento com a segurança social e com as finanças e ainda em incumprimento com as empresas de fornecimento com as quais se relacionava. Alargou o seu mercado e conquistou prémios internacionais. Temos recebido vários contactos nacionais e internacionais para adquirir a Santa Catarina” referiu o Vice-Presidente.

Na sequência da intervenção da Deputada Graça Silveira o Vice-Presidente esclareceu que a avaliação da Santa Catarina não tinha a complexidade da avaliação da EDA era por isso que esta era feita periodicamente. Informou ainda que quem tiver interesse em adquirir a Santa Catarina



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

tinha todo o acesso a essa informação, mas não podia dizer qual é o seu valor quando vários interessados.

A Comissão decidiu, por maioria, dar parecer favorável ao presente projeto com os votos a favor do PSD e PPM e as abstenções com reserva de posição para plenário do PS e do CDS-PP.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César